



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

ISSN: 1807-0329

Universidade Estadual de Maringá

Souza, Débora de Hollanda; Messias, Ana Carolina
CONFIANÇA SELETIVA EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA1
Psicologia em Estudo, vol. 25, e44631, 2020
Universidade Estadual de Maringá

DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44631>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287165963047>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

CONFIANÇA SELETIVA EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA¹

Débora de Hollanda Souza², Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1100-4755>

Ana Carolina Messias^{2 3}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8462-0949>

RESUMO. Embora o campo de estudos sobre confiança seletiva tenha ganhado destaque nos últimos anos, essa linha de pesquisa não é ainda suficientemente divulgada no Brasil. A presente revisão sistemática teve como objetivo avaliar a produção científica sobre confiança seletiva em crianças pré-escolares, bem como sobre possíveis variáveis que influenciam os julgamentos de confiança. A busca foi realizada nas bases de dados PSYCINFO, Scielo Brasil, PEPSIC e LILACS, utilizando-se as palavras-chave *selective trust*, *epistemic trust* e seus correspondentes em português ‘confiança seletiva’ e ‘confiança epistêmica’. De um total de 103 trabalhos, foram analisados 45 artigos empíricos, publicados entre 2008 e 2018, seguindo o protocolo PRISMA. Contrariando uma crença predominante em muitas culturas de que as crianças acreditam em tudo o que ouvem, elas não são consumidoras ingênuas de informação. Discutem-se os efeitos de variáveis individuais e contextuais sobre os julgamentos de confiança seletiva que apontam para direções futuras promissoras de pesquisa.

Palavras-chave: Confiança seletiva; crianças pré-escolares; cognição social.

SELECTIVE TRUST IN PRESCHOOLERS: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT. Although the field of studies on selective trust has gained much attention in recent years, this line of research is not yet sufficiently publicized in Brazil. The present systematic review aimed to assess scientific evidence on selective trust in preschool children, as well as on possible variables influencing trust judgements. The search was performed in PSYCINFO, Scielo Brasil, PEPSIC and LILACS, using the keywords ‘selective trust’, ‘epistemic trust’ and their correspondents in Portuguese *confiança seletiva* and *confiança epistêmica*. From a total of 103 studies found, 45 empirical articles, published between 2008 and 2018, were analyzed using the PRISMA protocol. In contrast to a predominant view in many cultures that children believe everything they hear, they are not naïve consumers of information. Effects of individual and contextual variables on selective trust judgments are discussed, which point to promising future research directions.

Keywords: Selective trust; preschoolers; social cognition.

¹ Apoio e financiamento: Esta pesquisa e a preparação para o manuscrito foram financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) – código de financiamento 001. Este trabalho é parte do programa de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), coordenado pela Profa. Dra. Deisy das Graças de Souza e apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processos # 573972/2008-7 e 465686/2014-1) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP (Processos # 2008/57705-8 e 2014/50909-8).

² Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil.

³ Email: anacarolinamessias@rocketmail.com



LA CONFIANÇA SELECTIVA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

RESUMEN. Aunque el campo de estudios sobre confianza selectiva ha ganado destaque en los últimos años, esta línea de investigación aún no ha sido suficientemente divulgada en Brasil. En la presente revisión sistemática se tuvo como objetivo evaluar la producción científica sobre confianza selectiva en niños preescolares, así como sobre posibles variables que influyen los juicios de confianza. La búsqueda fue realizada en las bases de datos PSYINFO, Scielo Brasil, PEPIS y LILACS, utilizando las palabras clave *selective trust*, *epistemic trust* y sus correspondientes en portugués ‘confiança seletiva’ y ‘confiança epistêmica’. De un total de 103 estudios, se analizaron 45 artículos empíricos, publicados entre 2008 y 2018, siguiendo el protocolo PRISMA. Contrariando una creencia predominante en muchas culturas de que los niños creen en todo lo que oyen, ellos no son consumidores ingenuos de información. Se discuten los efectos de variables individuales y contextuales sobre los juicios de confianza selectiva que apuntan a futuras direcciones prometedoras de investigación.

Palabras clave: Confianza selectiva; niños preescolares; cognición social.

Introdução

Há uma visão predominante em várias culturas de que as crianças são propensas à credulidade e acreditam em tudo que ouvem (Marková & Gillespie, 2008). Evidências experimentais recentes, no entanto, indicam que crianças de três e quatro anos já são capazes de rastrear a história passada de um indivíduo e, com base nesse rastreamento, determinar quem é o informante confiável em situações nas quais novas informações precisam ser aprendidas (Birch, Vauthier, & Bloom, 2008; Koenig, Clément, & Harris, 2004; Pasquini, Corriveau, Koenig, & Harris, 2007). Essa competência tem sido convencionalmente denominada na psicologia do desenvolvimento de confiança seletiva ou confiança epistêmica (Robinson & Einav, 2014) e o número de pesquisas que investigam as origens e os mecanismos cognitivos subjacentes a esse processo tem crescido muito na última década (Harris, Koenig, Corriveau, & Jaswal, 2018; Hermes, Behne, & Rakoczy, 2018).

Para avaliar a confiança seletiva em crianças pequenas, os pesquisadores têm utilizado variações de um paradigma simples (e.g., Corriveau, Meints, & Harris, 2009; Koenig et al., 2004; Pasquini et al., 2007): em uma fase de familiarização, as crianças assistem vídeos durante os quais dois indivíduos são requisitados a fornecer informações (e.g., dizer o nome de objetos conhecidos). Durante essa primeira fase, portanto, evidências são disponibilizadas sobre o nível de confiabilidade de cada indivíduo. Por exemplo, um nomeia corretamente todos os objetos familiares e o outro fornece nomes incorretos (e.g., afirma que a bola mostrada no vídeo é uma cadeira). Em uma segunda fase teste, objetos desconhecidos são apresentados e os dois potenciais informantes nomeiam cada um deles, usando pseudopalavras (e.g., um nomeia o objeto como ‘dax’ e o outro o nomeia como ‘toma’). Finalmente, as crianças são solicitadas a dizer ao pesquisador qual dos dois nomes (‘dax’ ou ‘toma’) é o nome correto para o objeto desconhecido.

Apesar do destaque que essas pesquisas têm recebido no âmbito internacional, esse fenômeno permanece pouco explorado pela ciência psicológica brasileira. A confiança

seletiva em informantes mais confiáveis levanta questões importantes sobre os processos psicológicos pelos quais as crianças obtêm conhecimento e sobre a universalidade desses processos. Dadas as evidências sobre efeitos da cultura na expressão de confiança e ceticismo (Yamagishi & Yamagishi, 1994), seria equivocado pressupor que a confiança se manifesta da mesma forma em diferentes grupos culturais.

Nisbett (2004), por exemplo, argumenta que há diferenças importantes entre pessoas criadas em culturas que encorajam um modo de pensar independente e as que são criadas em culturas que encorajam a interdependência. Algumas culturas, por exemplo, parecem enfatizar a independência e a autoconfiança, como é o caso dos E.U.A. (Triandis, 1989). Em algumas comunidades indígenas nas Américas, por sua vez, as crianças são criadas de forma a colaborar desde cedo nas atividades cotidianas domésticas, assumindo responsabilidades e aprendendo por meio da observação dos adultos (cf. Correa-Chávez, Mejía-Arauz, & Rogoff, 2015). É possível que crianças provenientes dessas culturas sejam mais treinadas para combater a desinformação e demonstrar uma atitude cética mais prontamente, quando necessário. O que podemos esperar do desenvolvimento da confiança seletiva em crianças brasileiras?

Alguns autores argumentam que a cultura brasileira depende fortemente dos laços sociais e da solidariedade social (e.g., Chauí, 1993). As instituições políticas brasileiras parecem não ser consideradas merecedoras de confiança (e.g., DaMatta, 2004), mas os brasileiros apresentam grande confiança em seus vizinhos, amigos e família; eles confiam em membros da comunidade local com os quais interagem no cotidiano (Gouveia & Clemente, 2000). Além disso, há um aspecto importante da cultura brasileira relacionado à aderência às normas sociais e leis (DaMatta, 2004). De acordo com DaMatta (2004, p. 45-46), na cultura brasileira, há um “[...] dilema entre leis que deveriam valer para todos e relações pessoais, obviamente exclusivas, que levariam a dobrar ou neutralizar essas normas”.

Considerando as potenciais contribuições da pesquisa sobre a origem e o desenvolvimento da confiança seletiva e a escassez de estudos sobre essa temática no Brasil, a presente revisão sistemática tem como objetivo analisar os estudos empíricos que investigaram esse fenômeno no período de 2008 a 2018. Pretende-se obter respostas para duas perguntas principais: Como a confiança seletiva se desenvolve durante os anos pré-escolares (3 a 6 anos)? Quais são as variáveis que podem influenciar os julgamentos de confiança epistêmica das crianças nesse período do desenvolvimento?

Método

A presente revisão sistemática foi realizada segundo o protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA)* (Liberati et al., 2009).

Bases de dados e termos de busca

A busca foi feita nas bases de dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online), PePSIC, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PsycINFO. Os termos de busca utilizados com os operadores booleanos foram ‘confiança seletiva OR confiança epistêmica’ e seus correspondentes em inglês *selective trust OR epistemic trust*.

Critérios de inclusão e de exclusão

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos trabalhos foram os seguintes: a) ser um relato de estudo empírico; b) ser um estudo cuja população alvo são crianças de desenvolvimento típico e em idade pré-escolar (de 3 a 6 anos) c) ter o texto completo disponível; c) ter uma versão disponível em inglês, português ou espanhol; d) ter sido publicado no período entre 2008 e 2018; e) ter sido publicado em um periódico com revisão por pares.

Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: a) o tema central do trabalho não era a confiança seletiva/epistêmica; b) a população alvo era a de crianças em idade escolar, adolescentes ou adultos; c) a população alvo era a de crianças de desenvolvimento atípico; d) o foco do trabalho era clínico ou de intervenção terapêutica; e) o trabalho era teórico ou de revisão da literatura; f) o trabalho era um prefácio, comentário ou resenha de livro.

Procedimento

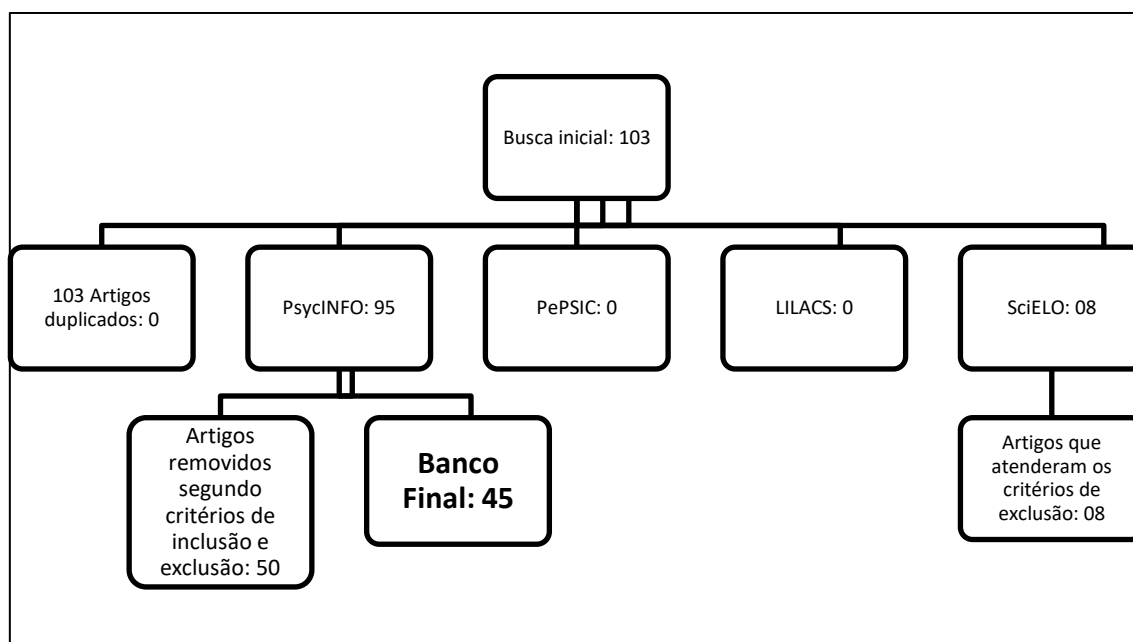
Dois juízes independentes realizaram a busca no mês de julho de 2018. As discordâncias foram resolvidas após uma segunda análise e discussão entre os dois juízes. Em uma segunda etapa, com o auxílio do software Mendeley, os títulos e resumos dos trabalhos foram analisados utilizando-se os critérios de inclusão e exclusão.

Finalmente, os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados segundo as seguintes categorias de análise: a) país onde o trabalho foi realizado; b) periódicos onde os artigos foram publicados; c) características dos participantes (e.g., idade, nível socioeconômico, etnia); d) desenho de pesquisa; e) tipo de tarefa de confiança seletiva utilizado; f) variáveis independentes ou de interesse, no caso dos estudos correlacionais; g) principais resultados.

Resultados e discussão

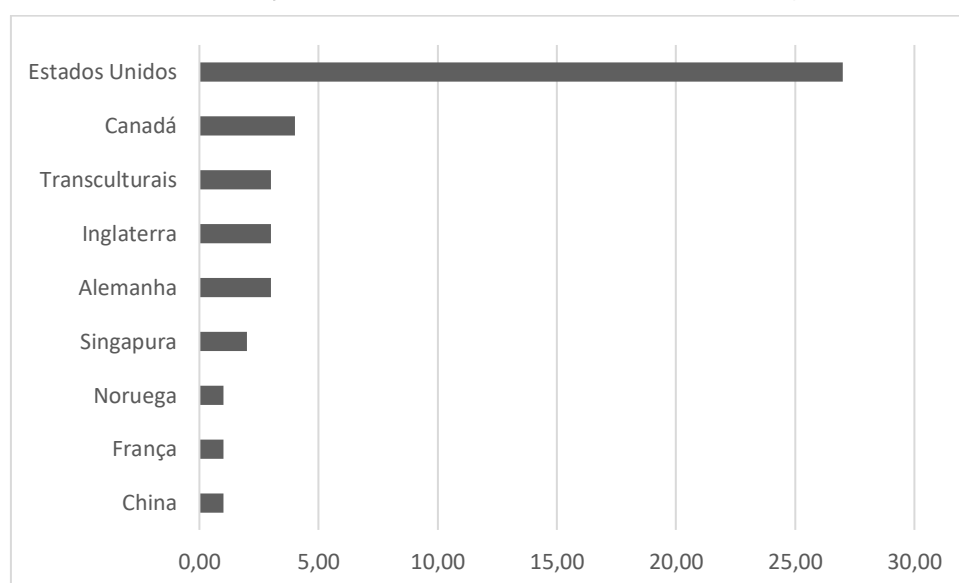
A busca resultou em um total de 103 artigos, sendo que 95 foram obtidos na base de dados PsycINFO e oito na base de dados SciELO, mas não foram encontrados artigos duplicados. Nenhum resultado foi encontrado nas outras duas bases de dados (PePSIC e LILACS) utilizando-se os termos de busca pré-definidos. Dos 103 artigos, 58 foram excluídos com base nos critérios de inclusão e exclusão (50 excluídos do PsycINFO e 08 do SciELO). O total de artigos lidos na íntegra e analisados, portanto, foi 45 (Figura 1).

Em relação à quantidade de artigos científicos publicados sobre o tema confiança seletiva/epistêmica no período investigado (2008-2018), é possível observar um crescimento importante nos últimos cinco anos. Nos primeiros cinco anos do período pré-definido para essa revisão sistemática (2008 a 2012), o total de artigos publicados que atendia os nossos critérios de inclusão foi seis. Nos cinco anos seguintes (2013 a 2017), esse número foi cinco vezes maior: 30 artigos publicados. Só no primeiro semestre de 2018, foram publicados seis artigos sobre o tema.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos.

Fonte: As autoras.

No que diz respeito à origem dos estudos relatados, a grande maioria dos trabalhos foi realizada por pesquisadores de diferentes laboratórios nos Estados Unidos (27 dos 45 trabalhos analisados; 60%). A Figura 2 ilustra a distribuição dos estudos por país. É importante destacar os três estudos transculturais: um envolveu uma coleta nos EUA e outra na Alemanha; um segundo comparou crianças da China, Turquia e Inglaterra; e um terceiro incluiu uma coleta nos EUA e outra na China.

Figura 2. Distribuição dos estudos encontrados por origem/país.

Fonte: As autoras.

Como pode ser observado na Tabela 1, os artigos selecionados foram publicados em 16 diferentes periódicos, sendo que nove deles (56,3%) são voltados para a área da psicologia do desenvolvimento (e.g., *Child Development*, *Developmental Psychology*, *Cognition and Development*, *Journal of Experimental Child Psychology*). Segundo a última classificação QUALIS de periódicos, quatro dos 16 periódicos (25%) são A1, no entanto, os outros 12 periódicos não foram avaliados, o que sugere apenas que os pesquisadores brasileiros não têm publicado nessas revistas (das 12 não classificadas, 6 são da área de desenvolvimento).

De acordo com o Journal Citation Reports 2018 (Clarivate Analytics, 2018), quatro dos 16 periódicos (25%) apresentam um fator de impacto que varia entre 1 e 2 (*British Journal of Developmental Psychology*, *Journal of Cognition and Development*, *Infant and Child Development*, *Social Development*); sete (43,75%) apresentam um fator de impacto que varia de 2 a 3 (*Cognition and Emotion*, *Cognitive Development*, *Cognitive Science*, *Evolution and Human Behavior*, *Frontiers in Psychology*, *Journal of Experimental Child Psychology*, *Quarterly Journal of Experimental Psychology*); dois (12,5%) apresentam um fator de impacto que varia entre 2 e 3 (*Cognition*, *Developmental Psychology*); dois (12,5%) entre 4 e 5 (*Developmental Science*, *Psychological Science*) e, apenas um dos artigos (6,25%) alcançou um fator de impacto acima de 5 (*Child Development*).

Em relação às características das amostras dos estudos selecionados, a maioria teve amostras na faixa de 50 a 150 participantes ($n=28$; 62,2%), seguidos dos estudos com amostras com mais de 150 participantes ($n=13$; 28,9%) e finalmente os com menos de 50 participantes ($n=4$; 8,9%). O trabalho que reporta a maior amostra (496 participantes) consistiu em uma sequência de cinco estudos realizados exclusivamente com crianças chinesas (Li, Heyman, Xu, & Lee, 2014). Dentre os artigos que incluíram informações sobre a etnia e nível socioeconômico ($n=33$), a grande maioria reportava que a amostra era composta predominantemente por crianças brancas (87,9%) e de classe média (76%). Dos 45 trabalhos, 30 (66,7%) tiveram como participantes apenas crianças de idade pré-escolar (3 a 6 anos); outros dez estudos incluíram crianças com idade escolar (22,2%) e, finalmente, cinco deles incluíram um grupo comparação de adultos (11,1%).

No que diz respeito ao método, é importante destacar que a maioria dos estudos selecionados ($n=43$; 95,6%) fez uso de desenhos transversais para investigar possíveis diferenças de idade no desempenho das crianças em tarefas de confiança seletiva. Os outros dois estudos avaliaram um único grupo de idade: crianças de quatro anos (Kushnir & Koenig, 2017; Palmquist & Jaswal, 2015). Além do interesse pelos possíveis efeitos de idade, dois dos 45 trabalhos (4,4%) tinham caráter também correlacional investigando possíveis associações entre o desempenho nas tarefas de confiança seletiva e outras medidas. Um desses estudos (Lucas, Lewis, Pala, Wong, & Berridge, 2013), realizado em três países diferentes (Turquia, China e Inglaterra), tinha como medidas principais a atribuição de crença falsa, função executiva e a confiança seletiva. Em outro estudo (DiYanni, Nini, Rheel, & Livelli, 2012), os pesquisadores exploraram relações entre o desempenho na tarefa de confiança seletiva, em tarefas de teoria da mente e em uma tarefa de imitação com um modelo adulto.

Tabela 1. Distribuição dos artigos por periódico

Revista (Qualis)	Nº Artigos	Referências
<i>British J. of Devt. Psychology</i> (A1;FI: 1,54)	2	Brosseau-Liard, Penney, & Poulin-Dubois, 2015; Vanderbilt, Ochoa, & Heilbrun, 2018
<i>Child Development</i> (FI:5,02)	4	Lane, Wellman, & Gelman, 2013; Lane & Harris, 2015; Ronfard & Lane, 2018; Isella, Kanngiesser, & Tomasello, 2018
<i>Cognition</i> (A1; FI: 3,54)	4	Mascaro & Sperber, 2009; Gweon, Pelton, Konopka, & Schulz, 2014; Landrum & Mills, 2015; Stephens & Koenig, 2015
<i>Journal of Cognition and Development</i> (IF: 1,84)	3	DiYanni, Nini, Rheel, & Livelli, 2012; Danovitch & Alzahabi, 2013; Kim & Harris, 2014
<i>Cognition and Emotion</i> (IF: 2,37)	1	Gillis & Nilsen, 2017
<i>Cognitive Development</i> (IF: 2,06)	2	MacDonald, Schug, Chase, & Barth, 2013; Palmquist & Jaswal, 2015
<i>Cognitive Science</i> (IF: 2,25)	1	Kim, Paulus, & Kalishc, 2017
<i>Developmental Psychology</i> (IF: 3,34)	10	Fitneva & Dunfield, 2010; Chan & Tardif, 2013; Doebl & Koenig, 2013; Kushnir, Vredenburg, & Schneider, 2013; Liu, Vanderbilt, & Heyman, 2013; Lucas, Lewis, Pala, Wong, & Berridge, 2013; Scofield, Gilpin, Pierucci, & Morgan, 2013; Hermes, Behne, & Rakoczy, 2015; Hagá & Olson, 2017; Kushnir & Koenig, 2017
<i>Developmental Science</i> (IF: 4,10)	2	Kinzler, Corriveau, & Harris, 2011; Hermes, Behne, Bich, Thielert, & Rakoczy, 2017
<i>Evolution and Human Behavior</i> (IF: 2,96)	1	Turner, Giraldeau, & Flynn, 2017
<i>Frontiers in Psychology</i> (A1; IF: 2,13)	1	Mills & Landrum, 2016
<i>Infant and Child Development</i> (IF: 1,22)	3	Brosseau-Liard, 2014; Einav, Rydland, Grover, Robinson, & Harris, 2018; Vanderbilt, Heyman, & Liu, 2018
<i>Journal of Exp. Child Psychology</i> (A1; IF: 2,98)	8	Fusaro, Corriveau, & Harris, 2011; Li, Heyman, Xu, & Lee, 2014; Taylor, 2013; Rakoczy, Ehrling, Harris, & Schultze, 2015; Bascandziev & Harris, 2016; Palmquist, Jaswal, & Rutherford, 2016; Li & Yow, 2018; Yow & Li, 2018
<i>Psychological Science</i> (IF: 4,90)	1	Einav & Robinson, 2011
<i>Quarterly J. Exp. Psychology</i> (IF: 2,49)	1	Barth, Bhandari, Garcia, MacDonald, & Chase, 2014
<i>Social Development</i> (IF: 1,81)	1	Einav, 2018

Fonte: As autoras

Em relação aos procedimentos propriamente ditos, uma análise do tipo de informante (e.g., humanos, animais ou outros) foi realizada. Dentre os trabalhos selecionados, 33 (73,3%) utilizaram humanos como informantes na tarefa de confiança seletiva; oito (17,8%)

usaram animais (fantoques ou bonecos); um trabalho (2,2%) incluiu ambos e três estudos (6,7%) tiveram outros tipos de agentes como informantes: figuras esquemáticas com cabeça de triângulo ou elíptica, computadores e o 'monstro' Elmo. Ainda em relação ao procedimento, 21 dos 33 estudos com informantes humanos (63,6%) utilizaram vídeos e/ou fotos para apresentar os personagens; outros oito trabalhos desse mesmo grupo (24,2%) fizeram uso de fantoches ou bonecos e quatro (12,1%) utilizaram desenhos e histórias.

Vinte e oito trabalhos (62,2%) utilizaram a tarefa clássica de confiança seletiva que envolve apresentar um contraste entre dois tipos de informante. Onze estudos (24,4%) usaram outro paradigma no qual um único informante é apresentado e a criança precisa tomar decisões sobre se deve ou não aceitar as informações fornecidas por ele (*single speaker paradigm*). Três trabalhos incluíram ambos os paradigmas em estudos diferentes e três utilizaram outros formatos: um contrastava três informantes (um consistente, um inconsistente e outro neutro; Gillis & Nilsen, 2017) e outros dois faziam contraste entre dois grupos de informantes (Barth, Bhandari, Garcia, MacDonald, & Chase, 2014; Einav, 2018).

As variáveis investigadas nos 45 estudos foram agrupadas em três categorias distintas: a) habilidades cognitivas, sociocognitivas e linguísticas dos participantes (e.g., atribuição de crença falsa, atribuição de intenção, função executiva, ser falante de uma língua que faz uso de construções evidenciais); b) características ou atributos dos informantes (e.g., honestidade, bondade, força física, beleza, seu histórico de sucesso ou confiabilidade prévia); c) características do contexto comunicativo (e.g., se a informação é transmitida oralmente ou em texto escrito, se o informante aponta ou nomeia, se a informação oferecida foi obtida por observação direta ou por meio de testemunho de terceiros).

Três estudos investigaram especificamente possíveis associações entre a habilidade de atribuir crença falsa e a confiança seletiva. Em um estudo correlacional, DiYanni et al. (2012) utilizaram tarefas de teoria da mente (02 de conteúdo inesperado e 02 de deslocamento de objeto) e o desempenho das crianças nessas tarefas estava positivamente correlacionado ao desempenho na tarefa de confiança seletiva. Surpreendentemente, o desempenho das crianças de cinco anos na tarefa de confiança seletiva estava negativamente correlacionado ao seu desempenho em uma tarefa de imitação durante a qual o modelo adulto fazia escolhas inadequadas de ferramentas. Uma possível explicação para esse resultado inesperado, segundo os autores, é a de que as crianças mais velhas são mais sensíveis do que as mais novas (3 e 4 anos) a possíveis dicas de comportamento não intencional do modelo adulto (e.g., após feita a escolha, ele dizia 'Oops!'). Assim, as crianças de cinco anos talvez sejam mais lenientes em relação ao modelo inadequado porque conseguem entender que um equívoco ocorreu.

Em 2013, Lucas e colaboradores investigaram associações entre confiança seletiva, atribuição de crença falsa e função executiva em três diferentes grupos culturais: crianças turcas, inglesas e chinesas. A comparação com crianças turcas era particularmente informativa porque a língua turca inclui construções evidenciais, ou seja, prefixos e sufixos podem ser utilizados para identificar a fonte da informação: se ela foi obtida com base em evidências, por meio de testemunho ou se por dedução sem evidência disponível. Ao mesmo tempo, estudos prévios sugeriam que as crianças chinesas têm desempenho melhor em tarefas de função executiva o que fazia dessa comparação cultural uma oportunidade valiosa. De forma semelhante ao estudo anterior, uma correlação positiva entre crença falsa e confiança seletiva foi encontrada, mas, contrariamente ao esperado, o desempenho nas tarefas de função executiva não estava correlacionado à confiança seletiva dos participantes.

Brosseau-Liard, Penney e Poulin-Dubois (2015), por sua vez, utilizando uma análise de regressão multilinear, verificaram que o desempenho nas tarefas de teoria da mente era preditor de confiança seletiva na tarefa de acurácia (a criança tinha que escolher entre 02 informantes que diferiam em termos da sua taxa de acertos em uma tarefa de nomeação de objetos), mas não era preditor do desempenho em uma tarefa de força (a criança precisava escolher quem iria levantar uma caixa: o indivíduo forte ou o fraco).

Dois outros estudos investigaram os possíveis efeitos da habilidade das crianças de atribuir intenções aos informantes. Mascaró e Sperber (2009) verificaram que mesmo crianças de três anos levam em consideração a intenção (maléfica ou benéfica) do informante em seus julgamentos de confiança. Os mal-intencionados são preteridos, sendo que esse padrão parece ser mais evidente a partir dos quatro anos. Os resultados de Vanderbilt, Heyman e Liu (2018), por sua vez, sugerem que crianças de três e quatro anos depositam menos confiança em informantes que demonstram ignorância do que nos informantes que têm claramente a intenção de enganar outras pessoas. O nível de desconfiança das crianças de quatro anos é ainda maior do que o das mais novas.

A grande maioria dos estudos encontrados na presente revisão, no entanto, investigou possíveis efeitos de diferentes características dos informantes utilizados nas tarefas de confiança seletiva. Sete estudos exploraram o papel do histórico prévio de acertos e erros dos informantes sobre os julgamentos dos participantes. Um desses estudos foi inovador ao investigar se as crianças detectam quando o agente/informante omite informações importantes e se levam esse comportamento de omissão em consideração para guiar as suas decisões (i.e., em quem confiar) e seus comportamentos futuros (Gweon, Pelton, Konopka, & Shulz, 2014). Outro estudo inovador investigou o valor relativo da funcionalidade da ação do informante na fase de familiarização (se a ação gerava resultados positivos ou não) e de quão convencional era a ação (Schofield, Gilpin, Pierucci, & Morgan, 2013). Mais especificamente, crianças de três e quatro anos nesse estudo preferiam um informante que era pouco convencional (i.e., fazia coisas estranhas como levantar a tampa de uma caixa com os cotovelos e não com as mãos), mas conseguia alcançar seus objetivos e não aquele que era convencional (i.e., fazia o esperado), mas nunca obtinha sucesso.

Alguns estudos investigaram os limites e o alcance do nível de especialidade ou expertise dos informantes. Lane e Harris (2015), por exemplo, verificaram que mesmo as crianças de três anos já demonstram a preferência clara por um informante que demonstra ser um expert no assunto em questão. Ao mesmo tempo, esses pesquisadores descobriram que, com a idade, as crianças passam a dar mais importância para uma avaliação de quão intuitiva é a afirmação do seu informante. Quando este faz declarações contra intuitivas (e.g., "*Pleaks* são objetos pequenos. [...] Se alguém colocar um *pleak* na mesa, ele vai flutuar sobre a mesa"), ele é considerado menos merecedor de confiança.

Kushnir, Vredenburg e Schneider (2013) investigaram o tipo de conhecimento demonstrado pelo informante. Um informante que sabia os nomes de brinquedos novos, mas não sabia como eles funcionavam eram preferidos nas tarefas de nomeação. Em tarefas que exigiam o funcionamento de brinquedos novos, as crianças preferiam o informante que não sabia o nome dos brinquedos, mas que tinham conseguido descobrir como o brinquedo funcionava.

Vários estudos testaram possíveis efeitos de diferentes atributos ou traços (*traits*) dos informantes sobre a confiança seletiva. Taylor (2013), por exemplo, investigou o papel do gênero do informante. Dois atores (01 do sexo feminino e 01 do sexo masculino) foram contrastados em quatro condições diferentes. Em uma condição, a informante do sexo

feminino nomeava objetos conhecidos corretamente, enquanto o informante do sexo masculino os nomeava incorretamente. Em uma segunda condição, o homem era o informante correto e a mulher era o incorreto. Na terceira condição, ambos nomeavam os objetos corretamente e, finalmente, na quarta condição, os dois informantes davam nomes errados aos objetos. Os resultados evidenciaram que as crianças pré-escolares privilegiam o histórico prévio de acertos dos informantes, porém, quando o histórico de acurácia é o mesmo, as crianças demonstram a preferência clara pela pessoa do mesmo gênero que o seu.

Outro estudo que segue essa direção é o de Bascandziev e Harris (2016). Com uma amostra de 132 participantes de quatro e cinco anos, esses pesquisadores testaram o efeito do nível de atratividade dos informantes sobre os julgamentos de confiança. Na condição A, os dois informantes eram igualmente atraentes, mas diferiam em termos da acurácia prévia; na condição B, os informantes possuíam o mesmo histórico de acurácia, porém um era mais atraente do que o outro; e finalmente, na condição C, os informantes diferiam tanto em acurácia como em nível de atratividade. Quando os informantes eram igualmente atraentes, as crianças preferiam o com o histórico mais confiável, entretanto, quando os informantes possuíam o mesmo histórico, a preferência era pelo mais atraente. Contrariando as previsões dos autores, os resultados da condição C sugerem que as crianças preferem o informante mais atraente, mesmo quando ele comete mais erros do que o informante menos atraente.

Ainda na mesma direção, Kinzler, Corriveau e Harris (2011) demonstraram que crianças de quatro e cinco anos dão preferência a informantes que são nativos da sua língua quando esses são comparados a informantes estrangeiros que falam sua língua nativa com sotaque, mesmo quando os dois informantes fornecem informações corretas e compreensíveis.

Li et al. (2014), por sua vez, investigaram possíveis efeitos da honestidade do informante sobre a confiança seletiva em uma amostra de 496 crianças chinesas. Os resultados dos cinco estudos reportados nesse artigo sugerem um processo de desenvolvimento importante: as crianças de quatro anos já conseguem diferenciar informantes honestos de desonestos, mas ainda têm dificuldade para discriminar entre honestidade e outra dimensão irrelevante como limpeza. Mais especificamente, diferentemente das crianças mais novas, as crianças de cinco anos tendem a confiar mais nos personagens honestos do que nos informantes limpos (*clean*) e desconfiam mais dos desonestos em comparação aos informantes que não são limpos (*unclean*). Eles dão ainda preferência em suas decisões sobre em quem confiar a personagens sujos e honestos em detrimento dos personagens limpos e desonestos.

Em uma sequência de três estudos, Isella, Kanngiesser e Tomasello (2018) investigaram outro atributo do informante que parece influenciar os julgamentos de confiança em crianças pequenas: a consistência entre o que eles prometem e o que fazem. Em um primeiro estudo, os participantes de seis anos demonstram clara preferência por personagens que tinham cumprido suas promessas anteriormente. No segundo estudo, os participantes de cinco anos confiaram seletivamente nos informantes que tinham cumprido uma promessa pró-social (i.e., o personagem tinha prometido ao amigo ajudá-lo colocando água no seu vaso de planta porque ele precisava ir para a escola e não tinha mais tempo). No terceiro estudo, as crianças de cinco anos deram preferência ao personagem que tinha mantido uma promessa pró-social em comparação ao outro que ajudava a aguar o vaso de planta, mas sem ter feito qualquer promessa anterior (*helper*).

Ainda dentro da categoria de atributos do informante, um estudo que merece ser destacado é o de MacDonald, Schug, Chase e Barth (2013). Os resultados desse estudo sugerem que crianças de quatro anos confiam seletivamente em um informante mais confiável quando ele é contrastado a um menos confiável e quando os dois fazem parte do mesmo grupo que a criança (definido com base em um critério irrelevante: a cor da camisa). Quando o informante mais confiável é o do outro grupo (e.g., ele é do grupo da camisa vermelha e o informante é do grupo da camisa azul), as crianças dão preferência para o membro do seu grupo, mesmo que esse seja menos confiável. Em síntese, o simples pertencimento de um informante ao mesmo grupo da criança (mesmo quando os grupos são criados com base em um critério arbitrário e irrelevante como cor da camisa) compromete os julgamentos de confiança seletiva.

Finalmente, em relação à categoria de estudos que investigam o papel de aspectos do contexto comunicativo, destacamos dois estudos. Palmquist e Jaswal (2015) demonstraram que crianças de quatro anos já conseguem reconhecer a função de diferentes formas para se fornecer informação. Mais especificamente, elas dão preferência a um informante que tem um histórico de apontar corretamente para objetos (quando esses são solicitados) do que alguém com um histórico não confiável em uma tarefa durante a qual objetos escondidos precisam ser encontrados. No entanto, há também uma assimetria interessante no que diz respeito à modalidade de apresentação da informação, ou seja, se a informação é fornecida pelo comportamento de apontar ou se ela é fornecida por meio da nomeação de objetos (*pointer x labeler*). As crianças esperam que alguém que nomeia corretamente objetos seja também alguém que aponta corretamente para o local onde os objetos estão escondidos; por outro lado, elas não esperam que alguém que tenha um histórico de apontar corretamente seja bom também na tarefa de nomear objetos.

Em uma direção semelhante, Stephens e Koenig (2015) apresentaram a crianças de três e quatro anos um cenário durante o qual dois informantes forneciam testemunhos sobre nomes de objetos (condição semântica) ou sobre o local onde eles deveriam estar (condição episódica). As crianças da condição semântica, que eram expostas a um informante que nomeava incorretamente um objeto, tinham a expectativa de que esse informante cometeria erros tanto quando a informação solicitada era de natureza semântica (i.e., nomeação de objeto) como quando ela era de natureza episódica (i.e., local do objeto). No entanto, quando as crianças eram expostas a um informante que cometia erros sobre o local onde os objetos foram colocados (condição episódica), elas não necessariamente estendiam essa vigilância para o outro domínio. Em outras palavras, elas não esperavam que esse informante necessariamente também cometeria erros de nomeação de objetos.

Considerações finais

A presente revisão sistemática sugere que o fenômeno da confiança seletiva/epistêmica é de particular interesse para a psicologia do desenvolvimento. No entanto, a grande maioria dos estudos dos últimos dez anos foi realizada com crianças falantes da língua inglesa, e as amostras eram constituídas predominantemente por crianças brancas e de classe média. Há, portanto, uma lacuna importante no conhecimento acumulado sobre o fenômeno. É possível que o padrão de desenvolvimento observado nos estudos selecionados, assim como o efeito das variáveis testadas possam ser diferentes em crianças falantes de outras línguas (cf. Lucas et al., 2013), pertencentes a outros grupos culturais, étnicos e socioeconômicos. Os resultados apontam claramente para a

necessidade de ampliação e diversificação das amostras para o avanço do conhecimento sobre esse processo de desenvolvimento.

Embora seja preciso reconhecer o poder ainda limitado de uma possível generalização, os dados aqui apresentados sugerem que mudanças importantes nos julgamentos de confiança epistêmica ocorrem no período pré-escolar. Se por um lado, há evidências robustas de que, ao contrário de uma crença predominante em muitas culturas, crianças muito pequenas não são consumidoras ingênuas de informação (i.e., acreditam em tudo o que ouvem), parece que a aquisição de algumas competências sociocognitivas (e.g., atribuição de crença falsa, atribuição de intenções boas ou ruins, a habilidade de avaliar o seu próprio conhecimento e o de outras pessoas) explica, ou pelo menos, está associada a avanços importantes na vigilância epistêmica das crianças nesse período específico do desenvolvimento.

Em resposta à primeira pergunta levantada nessa revisão sobre o desenvolvimento da confiança seletiva nos anos pré-escolares, os artigos, em conjunto, revelam que as crianças de três anos já são capazes de rastrear o histórico de acurácia de informantes e esse rastreamento não depende da forma como a informação é veiculada (e.g., informação oral ou escrita; Vanderbilt, Ochoa, & Heilbrun, 2018). Na mesma idade, elas também já são capazes de discriminar um informante com más intenções de outro que tem boas intenções (Mascaro & Sperber, 2009). Elas dão ainda preferência a informantes que parecem ter conhecimento ou expertise sobre o assunto em questão (Lane & Harris, 2015) e levam em consideração a taxa de sucesso prévia de um informante, escolhendo alguém que demonstra ter tido mais sucesso em suas ações, mesmo que essas ações pareçam estranhas ou pouco convencionais (Scofield et al., 2013).

Os julgamentos de confiança de crianças de três anos são ainda limitados provavelmente em razão de uma ainda incipiente teoria da mente (e.g., Brosseau-Liard et al., 2015; Lucas et al., 2013). Por exemplo, as crianças de três anos parecem acreditar que pessoas que apresentam atributos positivos (são legais, inteligentes ou honestas) vão ter também mais conhecimento, mesmo quando elas demonstram não ter informações relevantes (Lane, Wellman, & Gelman, 2013). Elas ainda demonstram dificuldade para diferenciar honestidade de um atributo irrelevante como a limpeza em uma tarefa de confiança seletiva (Li et al., 2014). Finalmente, elas são menos céticas do que seus pares de idade escolar quando o informante faz declarações que violam suas intuições (Lane & Harris, 2015).

Em relação às variáveis que podem influenciar os julgamentos de confiança das crianças em idade escolar, os estudos analisados revelam que tanto as características ou atributos do informante como aspectos do contexto comunicativo têm efeitos sobre as decisões das crianças em situações de aprendizagem novas que dependem de informantes. Destacamos aqui os estudos que investigam o nível de atratividade do informante (Bascandziev & Harris, 2016), sua honestidade ou desonestidade (Li et al., 2014), seu gênero (Taylor, 2013), atributos positivos como ser legal e inteligente (Lane et al., 2013), prossocialidade (Palmquist, Jaswal, & Rutherford, 2016), seu sotaque (Kinzler et al., 2011), a consistência entre prometer e cumprir a promessa (Isella et al., 2018) e até crenças em eventos mágicos (Kim & Harris, 2014). Além disso, os resultados sugerem que a vigilância epistêmica das crianças vai se fortalecendo à medida que as crianças progridem em seu desenvolvimento sociocognitivo, em especial, no que diz respeito à teoria da mente (e.g., Brosseau-Liard et al., 2015).

Em síntese, o campo de estudos sobre confiança epistêmica vem demonstrando que, muito mais cedo do que se imaginava, as crianças se mostram competentes para selecionar

fontes de informação confiáveis e que levam em consideração vários elementos (e.g., características do informante, modalidade da informação, sucesso e acurácia prévios) em situações de aprendizagem novas. Por outro lado, as evidências sugerem também que à medida que crescem, as crianças se tornam cada mais críticas no consumo da informação.

Esses resultados, portanto, apontam para um campo de estudos muito ativo na psicologia do desenvolvimento e uma linha de investigação promissora para a ciência do desenvolvimento humano no Brasil. É importante destacar, no entanto, que o número de pesquisas sobre o tema publicado no período de 2008 a 2018 é provavelmente bem maior do que o número aqui apresentado. Essa diferença é resultante do fato de que muitos estudos que investigam a confiança seletiva/epistêmica incluem como descritores ou palavras-chave outros termos, como por exemplo, acurácia (e.g., Corriveau et al., 2009), informantes (Van Reet, Green, & Sobel, 2015) ou informação e atitudes infantis (Bascandziev & Harris, 2014). Embora essa seja uma limitação, o fato de haver mais pesquisas sobre o tema evidencia o valor desse campo de estudos. Espera-se, portanto, que a presente revisão sistemática possa despertar o interesse de mais pesquisadores brasileiros para o fenômeno da confiança seletiva e suas origens.

Referências

- Barth, H., Bhandari, K., Garcia, J., MacDonald, K., & Chase, E. (2014). Preschoolers trust novel members of accurate speakers' groups and judge them favourably. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 67(5), 872-883. doi: 10.1080/17470218.2013.836234
- Bascandziev, I., & Harris, P. L. (2014). In beauty we trust: children prefer information from more attractive informants. *British Journal of Developmental Psychology*, 32(1), 94-99. doi: 10.1111/bjdp.12022
- Bascandziev, I., & Harris, P. L. (2016). The beautiful and the accurate: are children's selective trust decisions biased? *Journal of Experimental Child Psychology*, 152, 92-105. doi: 10.1016/j.jecp.2016.06.017
- Birch, S. A. J., Vauthier, S. A., & Bloom, P. (2008). Three- and four-year-olds spontaneously use others' past performance to guide their learning. *Cognition*, 107(3), 1018-1034. doi: 10.1016/j.cognition.2007.12.008
- Brosseau-Liard, P. E. (2014). Selective, but only if it is free: children trust inaccurate individuals more when alternative sources are costly. *Infant and Child Development*, 23(2), 194-209. doi: 10.1002/icd.1828
- Brosseau-Liard, P. E., Penney, D., & Poulin-Dubois, D. (2015). Theory of mind selectively predicts preschoolers' knowledge-based selective word learning. *British Journal of Developmental Psychology*, 33(4), 464-475. doi: 10.1111/bjdp.12107
- Chan, C. C. Y., & Tardif, T. (2013). Knowing better: the role of prior knowledge and culture in trust in testimony. *Developmental Psychology*, 49(3), 591-601. doi: 10.1037/a0031336
- Chauí, M. (1993). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (5a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.

- Clarivate Analytics (2018). *2018 Journal Citation Reports*. Recuperado de: <https://jcr-clarivate.ez31.periodicos.capes.gov.br/JCRLandingPageAction.action>
- Correa-Chávez, M., Mejía-Arauz, R., & Rogoff, B. (2015). *Children learn by observing and contributing to family and community endeavors: a cultural paradigm* (Vol. 49). San Diego, CA: Academic Press.
- Corriveau, K. H., Meints, K., & Harris, P. L. (2009). Early tracking of informant accuracy and inaccuracy. *British Journal of Developmental Psychology*, 27(2), 331-342. doi: 10.1348/026151008X310229
- Da Matta, R. (2004). *O que é o Brasil?*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Danovitch, J. H., & Alzahabi, R. (2013). Children show selective trust in technological informants. *Journal of Cognition and Development*, 14(3), 499-513. doi: 10.1080/15248372.2012.689391
- Di Yanni, C., Nini, D., Rheel, W., & Livelli, A. (2012). 'I won't trust you if I think you're trying to deceive me': relations between selective trust, theory of mind, and imitation in early childhood. *Journal of Cognition and Development*, 13(3), 354-371. doi: 10.1080/15248372.2011.590462
- Doebel, S., & Koenig, M. A. (2013). Children's use of moral behavior in selective trust: discrimination versus learning. *Developmental Psychology*, 49(3), 462-469. doi: 10.1037/a0031595
- Einav, S. (2018). Thinking for themselves? The effect of informant independence on children's endorsement of testimony from a consensus. *Social Development*, 27(1), 73-86. doi: 10.1111/sode.12264
- Einav, S. (2018). Thinking for themselves? The effect of informant independence on children's endorsement of testimony from a consensus. *Social Development*, 27(1), 73-86. <https://doi.org/10.1111/sode.12264>
- Einav, S., & Robinson, E. J. (2011). When being right is not enough: four-year-olds distinguish knowledgeable informants from merely accurate informants. *Psychological Science*, 22(10), 1250-1253. doi: 10.1177/0956797611416998
- Einav, S., Rydland, V., Grover, V., Robinson, E. J., & Harris, P. L. (2018). Children's trust in print: what is the impact of late exposure to reading instruction? *Infant and Child Development*. doi: 10.1002/icd.2102
- Fitneva, S. A., & Dunfield, K. A. (2010). Selective information seeking after a single encounter. *Developmental Psychology*, 46(5), 1380-1384. doi: 10.1037/a0019818
- Fusaro, M., Corriveau, K. H., & Harris, P. L. (2011). The good, the strong, and the accurate: preschoolers' evaluations of informant attributes. *Journal of Experimental Child Psychology*, 110(4), 561-574. doi: 10.1016/j.jecp.2011.06.008
- Gillis, R. L., & Nilsen, E. S. (2017). Consistency between verbal and non-verbal affective cues: A clue to speaker credibility. *Cognition and Emotion*, 31(4), 645-656. doi: 10.1080/02699931.2016.1147422

- Gouveia, V. V. & Clemente, M. (2000). O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. *Estudos de Psicologia*, 5, 317-346. doi: 10.1590/S1413-294X2000000200003
- Gweon, H., Pelton, H., Konopka, J. A., & Schulz, L. E. (2014). Sins of omission: children selectively explore when teachers are under-informative. *Cognition*, 132(3), 335-341. doi: 10.1016/j.cognition.2014.04.013
- Hagá, S., & Olson, K. R. (2017). Knowing-it-all but still learning: perceptions of one's own knowledge and belief revision. *Developmental Psychology*, 53(12), 2319-2332. doi: 10.1037/dev0000433
- Harris, P. L., Koenig, M. A., Corriveau, K. H., & Jaswal, V. K. (2018). Cognitive foundations of learning from testimony. *Annual Review of Psychology*, 69, 251-273. doi: 10.1146/annurev-psych-122216-011710
- Hermes, J., Behne, T., & Rakoczy, H. (2015). The role of trait reasoning in young children's selective trust. *Developmental Psychology*, 51(11), 1574-1587. doi: 10.1037/dev0000042
- Hermes, J., Behne, T., & Rakoczy, H. (2018). The development of selective trust: prospects for a dual-process account. *Child Development Perspectives*, 12(2), 134-138. doi: 10.1111/cdep.12274
- Hermes, J., Behne, T., Bich, A. E., Thielert, C., & Rakoczy, H. (2017). Children's selective trust decisions: rational competence and limiting performance factors. *Developmental Science*, 21(2). doi: 10.1111/desc.12527
- Isella, M., Kanngiesser, P., & Tomasello, M. (2018). Children's selective trust in promises. *Child Development*. doi: 10.1111/cdev.13105
- Kim, S., & Harris, P. L. (2014). Belief in magic predicts children's selective trust in informants. *Journal of Cognition and Development*, 15(2), 181-196. doi: 10.1080/15248372.2012.751917
- Kim, S., Paulus, M., & Kalish, C. (2017). Young children's reliance on information from inaccurate informants. *Cognitive Science*, 41(Suppl 3), 601-621. doi: 10.1111/cogs.12471
- Kinzler, K. D., Corriveau, K. H., & Harris, P. L. (2011). Children's selective trust in native-accented speakers. *Developmental Science*, 14(1), 106-111. doi: http://dx-doi-org.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1111/j.1467-7687.2010.00965.x
- Koenig, M. A., Clément, F., & Harris, P. A. (2004). Trust in testimony: children's use of true and false statements. *Psychological Science*, 15(10), 694-698. doi: 10.1111/j.0956-7976.2004.00742.x
- Kushnir, T., & Koenig, M. A. (2017). What I don't know won't hurt you: the relation between professed ignorance and later knowledge claims. *Developmental Psychology*, 53(5), 826-835. doi: 10.1037/dev0000294
- Kushnir, T., Vredenburg, C., & Schneider, L. A. (2013). "Who can help me fix this toy?" The distinction between causal knowledge and word knowledge guides preschoolers'

- selective requests for information. *Developmental Psychology*, 49(3), 446-453. doi: 10.1037/a0031649
- Landrum, A. R., & Mills, C. M. (2015). Developing expectations regarding the boundaries of expertise. *Cognition*, 134, 215-231. doi: 10.1016/j.cognition.2014.10.013
- Lane, J. D., & Harris, P. L. (2015). The roles of intuition and informants' expertise in children's epistemic trust. *Child Development*, 86(3), 919-926. doi: 10.1111/cdev.12324
- Lane, J. D., Wellman, H. M., & Gelman, S. A. (2013). Informants' traits weigh heavily in young children's trust in testimony and in their epistemic inferences. *Child Development*, 84(4), 1253-1268. doi: 10.1111/cdev.12029
- Li, Q.-G., Heyman, G. D., Xu, F., & Lee, K. (2014). Young children's use of honesty as a basis for selective trust. *Journal of Experimental Child Psychology*, 117, 59-72. doi: 10.1016/j.jecp.2013.09.002
- Li, X., & Yow, W. Q. (2018). Willingness to revise own testimony: 3- and 4-year-olds' selective trust in unexpected testimony from accurate and inaccurate informants. *Journal of Experimental Child Psychology*, 173, 1-15. doi: 10.1016/j.jecp.2018.03.008
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PloS Medicine*, 6(7), e1000100. doi:10.1371/journal.pmed.1000100
- Liu, D., Vanderbilt, K. E., & Heyman, G. D. (2013). Selective trust: children's use of intention and outcome of past testimony. *Developmental Psychology*, 49(3), 439-445. doi: 10.1037/a0031615
- Lucas, A. J., Lewis, C., Pala, F. C., Wong, K., & Berridge, D. (2013). Social-cognitive processes in preschoolers' selective trust: Three cultures compared. *Developmental Psychology*, 49(3), 579-590. doi: 10.1037/a0029864
- MacDonald, K., Schug, M., Chase, E., & Barth, H. (2013). My people, right or wrong? Minimal group membership disrupts preschoolers' selective trust. *Cognitive Development*, 28(3), 247-259. doi: 10.1016/j.cogdev.2012.11.001
- Marková, I., & Gillespie, A., (Eds). (2008). *Trust and distrust: sociocultural perspectives*. Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Mascaro, O., & Sperber, D. (2009). The moral, epistemic, and mindreading components of children's vigilance towards deception. *Cognition*, 112(3), 367-380. doi: 10.1016/j.cognition.2009.05.012
- Mills, C. M., & Landrum, A. R. (2016). Learning who knows what: children adjust their inquiry to gather information from others. *Frontiers in Psychology*, 7. doi: 10.3389/fpsyg.2016.00951
- Nisbett, R. (2004). *The geography of thought: how asians and westerners think differently... and why*. New York, NY: Free Press.

- Palmquist, C. M., & Jaswal, V. K. (2015). Preschoolers' inferences about pointers and labelers: the modality matters. *Cognitive Development*, 35, 178-185. doi: 10.1016/j.cogdev.2015.06.003
- Palmquist, C. M., Jaswal, V. K., & Rutherford, A. (2016). Success inhibits preschoolers' ability to establish selective trust. *Journal of Experimental Child Psychology*, 152, 192-204. doi: 10.1016/j.jecp.2016.07.015
- Pasquini, E. S., Corriveau, K. H., Koenig, M., & Harris, P. L. (2007). Preschoolers monitor the relative accuracy of informants. *Developmental Psychology*, 43(5), 1216-1226. doi: 10.1037/0012-1649.43.5.1216
- Rakoczy, H., Ehrling, C., Harris, P. L., & Schultze, T. (2015). Young children heed advice selectively. *Journal of Experimental Child Psychology*, 138, 71-87. doi: 10.1016/j.jecp.2015.04.007
- Robinson, E. J., & Einav, S. (Eds.). (2014). *Trust and skepticism: children's selective learning from testimony*. London, UK: Psychology Press.
- Ronfard, S., & Lane, J. D. (2018). Preschoolers continually adjust their epistemic trust based on an informant's ongoing accuracy. *Child Development*, 89(2), 414-429. doi: 10.1111/cdev.12720
- Scofield, J., Gilpin, A. T., Pierucci, J., & Morgan, R. (2013). Matters of accuracy and conventionality: prior accuracy guides children's evaluations of others' actions. *Developmental Psychology*, 49(3), 432-438. doi: 10.1037/a0029888
- Stephens, E. C., & Koenig, M. A. (2015). Varieties of testimony: children's selective learning in semantic versus episodic domains. *Cognition*, 137, 182-188. doi: 10.1016/j.cognition.2015.01.004
- Taylor, M. G. (2013). Gender influences on children's selective trust of adult testimony. *Journal of Experimental Child Psychology*, 115(4), 672-690. doi: 10.1016/j.jecp.2013.04.003
- Triandis, H. C. (1989). The self and social-behavior in differing cultural contexts. *Psychological Review*, 96, 506-520. doi: 10.1037/0033-295X.96.3.506
- Turner, C., Giraldeau, L.-A., & Flynn, E. (2017). How does the reliability of a model affect children's choice to learn socially or individually? *Evolution and Human Behavior*, 38(3), 341-349. doi: 10.1016/j.evolhumbehav.2016.11.005
- Van Reet, J., Green, K. F., & Sobel, D. M. (2015). Preschoolers' theory-of-mind knowledge influences whom they trust about others' theories of mind. *Journal of Cognition and Development*, 16(3), 471-491. doi: 10.1080/15248372.2014.892875
- Vanderbilt, K. E., Heyman, G. D., & Liu, D. (2018). Young children show more vigilance against individuals with poor knowledge than those with antisocial motives. *Infant and Child Development*, 27(3). doi: 10.1002/icd.2078
- Vanderbilt, K. E., Ochoa, K. D., & Heilbrun, J. (2018). Consider the source: children link the accuracy of text-based sources to the accuracy of the author. *British Journal of Developmental Psychology*. doi: 10.1111/bjdp.12247

- Yamagishi, T., & Yamagishi, M. (1994). Trust and commitment in the United States and Japan. *Motivation and Emotion*, 18, 129-166. doi: 10.1007/BF02249397
- Yow, W. Q., & Li, X. (2018). The influence of language behavior in social preferences and selective trust of monolingual and bilingual children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 166, 635-651. doi: 10.1016/j.jecp.2017.09.019

Recebido em 18/09/2018

Aceito em 14/04/2020

Débora de Hollanda Souza: Ph.D. em Psicologia do Desenvolvimento pela University of Texas at Austin. Professora Associada do Departamento de Psicologia da UFSCar, Professora orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPsí/UFSCar), membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE) e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Sociognitivo e da Linguagem (GPDeSol). <https://orcid.org/0000-0003-1100-4755>

Ana Carolina Messias: Mestre em psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPsí/ UFSCar) e membro do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Sociognitivo e da Linguagem (GPDeSol). <http://orcid.org/0000-0002-8462-0949>